

## INTERNACIONAL

### **Timor-Leste: ordenamento do território “resgata o passado”, a olhar para o crescimento económico**



ANTÓNIO SAMPAIO/LUSA

Cerca de duas décadas depois de recuperar a independência, o país lusófono aprovou os seus primeiros dois planos municipais de ordenamento do território. O consórcio responsável pelos mesmos incluiu a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Espera-se que a reforma leve a um desenvolvimento “mais justo, equilibrado, integrado e sustentável” e reduza o impacto das alterações climáticas

08:04

**Salomé Fernandes** jornalista da secção internacional

O planeamento de uma cidade tem impacto na qualidade de vida da população. Dados da [Organização Mundial de Saúde](#) mostram que a poluição do ar matou sete milhões em 2016 e as doenças infecciosas proliferam em cidades sem água limpa e saneamento. O impacto não fica por aí. As orientações internacionais das [Nações Unidas \(ONU\)](#) indicam que o planeamento territorial e urbano tem uma “função económica fundamental”, com impacto no crescimento económico e na resposta a grupos vulneráveis.

Em Timor-Leste, um dos países mais recentes do mundo, a aposta nesse desenvolvimento é recente. Proclamada independente em 1975, a antiga colónia portuguesa viveu mais de 20 anos sob ocupação indonésia. Viria a recuperar a soberania a 20 de maio de 2002.

O país escolheu a via da democracia, a população cresceu e – nas palavras do [Banco Mundial](#) – fez “grandes progressos” para assegurar paz e estabilidade. No entanto,

continua a enfrentar desafios económicos. Entre eles, como aumentar a produtividade e eficiência da despesa pública e assegurar a preservação do ambiente.

Depois de duas décadas a crescer sem planeamento, o Governo timorense [aprovou em abril](#) o Plano Nacional de Ordenamento do Território de Timor-Leste (PNOT-TL). No [mês seguinte](#) dava novo passo a nível das cidades: aprovou os planos municipais de ordenamento do território de Bobonaro e Ermera.

## TURISMO E AGROPECUÁRIA COM POTENCIAL

“O desenvolvimento e a implementação dos instrumentos de planeamento e do ordenamento do território são fundamentais para dotar a administração central e local com instrumentos que permitam coordenar e orientar a intervenção pública e privada sobre o território com o objetivo de garantir uma organização, utilização e gestão racional do território que possa contribuir para um desenvolvimento social, económico e cultural mais justo, equilibrado, integrado e sustentável”, disse o vice-primeiro-ministro timorense, em entrevista ao Expresso.

José Maria dos Reis olha para estes planos como forma de apostar em novas áreas, numa altura em que a economia “depende apenas do sector petrolífero”. Aponta o turismo, a agricultura, a agropecuária e a pesca como áreas com potencial para serem desenvolvidas.

Estes planos foram elaborados por um consórcio com a NLA-Timor e a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, sob direção do arquiteto Vasco Leónidas e dos professores João Pedro Costa e Cristina Cavaco, com a firma parceira timorense Vanza Belenos, Lda. Os trabalhos foram desenvolvidos durante um ano e envolveram dezenas de técnicos de diversas instituições, explica o Governo timorense, em comunicado.

João Pedro Costa explicou ao Expresso que estão a ser criados planos para os municípios de Baucau, Viqueque e Lautem. Nos dois já aprovados, o académico refere ser ainda necessário assegurar abastecimento de água, saneamento básico, construção e estradas com maior capacidade de resistência. “O plano tem esta dupla dimensão: está a resgatar o passado e a procurar um *upgrade* acelerado com a construção de infraestrutura básica, mas também investir no futuro nas dimensões da economia da atualidade”, disse.

## RESPOSTA ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

João Pedro Costa explica que as zonas de natureza são protegidas através da cultura tradicional, mas os planos permitem salvaguardá-las perante novos investimentos. “O plano tem também esse papel de formalizar a proteção de um conjunto de áreas, de consagrar no ordenamento do território formalmente áreas de proteção que até agora foram sendo asseguradas pela cultura tradicional e pelas comunidades, mas que com o desenvolvimento começam a estar mais em risco”, explicou.

O país é vulnerável a ocorrências ambientais extremas e à subida do nível do mar. Segundo as [Nações Unidas](#), em 2021 as chuvas fortes causaram inundações e deslizamentos que levaram à morte de pelo menos 27 pessoas e deixou 7000 desalojadas. Infraestruturas como estradas e pontes também foram danificadas.

O vice-primeiro-ministro destaca que o ordenamento do território vai contribuir para aumentar a resistência a esses fenómenos. “Este planeamento da cidade é muito importante para as intervenções, prevenções, e mitigação dos riscos naturais. São importantes para prevenir ou reduzir o impacto de inundações e de outros riscos naturais que, como acontece quase em todo o mundo, serão cada vez mais frequentes devido ao impacto já confirmado e experienciado das alterações climáticas”, disse José Reis.

No ano passado foi aprovada uma resolução para a elaboração do plano de urbanização da capital, Díli. Reis, também ministro do Plano e Ordenamento, indica que a cidade tem cerca de 300 mil habitantes e que a densidade populacional tem levado a um “crescimento urbano desordenado”, com congestionamentos e “insuficiência e avanço do estado de graduação das infraestruturas de saneamento básico”.

Com um novo Governo a tomar posse a 1 de julho, depois de o Congresso Nacional da Reconstrução Timorense (CNRT) ter vencido as legislativas de maio, que esperar da continuidade destes projetos? “Sem eles, vai ser muito difícil desenvolver o país para garantir sustentabilidade e resiliência às mudanças climáticas. Independentemente do partido, com certeza vamos recomendar ao Governo que vier, do CNRT, que possa dar continuidade a estes projetos”, afirmou José Reis.